
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

THAMIRES FERNANDA DOS SANTOS

**O AGENTE EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: ATUAÇÃO E DESAFIOS**



Rio Claro - SP
2024

THAMIRES FERNANDA DOS SANTOS

O AGENTE EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ATUAÇÃO E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Noemi Chalh

Coorientadora: Profa. Dra. Keila Santos Pinto

Rio Claro - SP
2024

S237a Santos, Thamires Fernanda dos
O Agente Educacional na Educação Infantil: Atuação e
Desafios / Thamires Fernanda dos Santos. -- Rio Claro,
2024
56 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -
Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Laura Noemi Chaluh
Coorientadora: Keila Santos Pinto

1. Educação Infantil. 2. Bebês. 3. Crianças. I. Título.

THAMIRES FERNANDA DOS SANTOS

O AGENTE EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ATUAÇÃO E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Laura Noemi Chaluh (orientadora)

Profa. Dra. Maria antonia Ramos de Azevedo

Profa. Dra. Carla Andréa Brande

Aprovado em: 8 de Novembro de 2024

Assinatura do discente

Assinatura do(a) orientador(a)

Assinatura do(a) coorientador(a)

A minha querida Mãe Luciane

AGRADECIMENTOS

Gostaria, antes de tudo, de agradecer a Deus por me conceder a força necessária para chegar até aqui. Ele me deu a oportunidade de conciliar estudos, trabalho e ainda dedicar tempo à minha família. Foi por essa graça que consegui trilhar este caminho e conquistar o que tanto sonhei.

Minha gratidão se estende especialmente à minha família, e, em primeiro lugar, à minha mãe Luciane, que foi meu alicerce nos dias mais difíceis. Em momentos em que até eu mesma duvidei da minha capacidade, ela esteve ali, firme, me apoiando com amor incondicional. Também agradeço profundamente ao meu irmão, Luiz, que me incentivou a prestar o vestibular e a acreditar nos meus estudos. Foi por causa dele que não hesitei em me inscrever e, assim, consegui realizar o sonho de cursar a graduação que tanto desejei.

Ao meu esposo, Júnior, dedico um agradecimento carregado de amor. Nos dias em que me senti perdida e sem forças, ele me segurou com carinho e me ajudou a seguir em frente. Seu apoio e incentivo foram fundamentais para que eu acreditasse que era capaz de alcançar essa vitória. A ele, minha gratidão eterna por ser o meu porto seguro.

Não poderia deixar de mencionar minhas amigas, que foram muito mais que companheiras de jornada. Elas dividiram comigo as lágrimas, as ansiedades e os momentos mais desafiadores, me dando a força necessária para continuar. Com elas, os dias se tornaram mais leves e os desafios, mais suportáveis. Juntas, compartilhamos aprendizados, conhecimentos e risadas, e, graças a essa parceria, me tornei ainda mais certa de que estava no caminho da profissão certa. A elas, minha gratidão por estarem comigo até o fim.

Também quero agradecer à minha orientadora, Laura Chaluh, que, ao longo de todo o processo, esteve ao meu lado, me fazendo apaixonar, dia após dia, pela educação infantil. Hoje, encontro realização nessa área, e sei que grande parte desse amor nasceu sob sua orientação. Da mesma forma, agradeço à minha coorientadora, Keila, pela troca de conhecimentos e aprendizados. Ela me mostrou que, apesar dos desafios, a educação infantil carrega uma beleza infinita, e me ajudou a ver, com ainda mais clareza, o quão valiosa é essa jornada educacional.

Por fim, não posso esquecer de agradecer a todas as pessoas que fizeram, e fazem, parte da construção do meu caminho como agente educacional. Minhas

colegas, amigas e confidentes, tanto agentes educacionais quanto professores, que me inspiraram e mostraram, na prática, o quanto essa profissão é rica e transformadora na vida das crianças e bebês. Fazer parte disso aquece o meu coração de alegria. A todas essas pessoas que contribuíram, pedacinho por pedacinho, para o que sou hoje, deixo minha eterna gratidão.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Paulo Freire, 2002).

RESUMO

Este estudo tematiza a atuação dos Agentes Educacionais na Educação Infantil, explorando suas origens, evolução histórica e os desafios enfrentados por esses profissionais. A pesquisa aborda a transição da abordagem assistencialista para a educacional, considerando mudanças legislativas, como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. A pesquisa, de caráter qualitativo, incluiu um levantamento bibliográfico realizado em duas bases de dados (Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), abrangendo produções científicas publicadas entre os períodos de 2014-2018 e 2019-2023. Além disso, foi analisada a transição da nomenclatura de "monitor de creche" para "Agente Educacional", considerando as atribuições e responsabilidades definidas pelas leis e editais de concursos públicos no município de Rio Claro. O objetivo central da pesquisa é compreender os desafios enfrentados pelas Agentes Educacionais no contexto escolar, como identificar suas atribuições e responsabilidades em relação à formação exigida, explicitando suas relações com as crianças, professores e gestão, e apresentar as diferentes nomenclaturas que essa função recebe em distintas regiões do Brasil, buscando contribuir para a melhoria da qualidade na Educação Infantil e o atendimento de bebês e crianças pequenas. O estudo também ressalta a importância da valorização e qualificação desses profissionais para o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Agentes Educacionais. Bebês. Crianças...

ABSTRACT

This study focuses on the role of Educational Agents in Early Childhood Education, exploring their origins, historical evolution, and the challenges faced by these professionals. The research addresses the transition from a welfare-based approach to an educational one, considering legislative changes such as the 1988 Constitution and the National Education Guidelines and Framework Law of 1996. The qualitative research included a bibliographic review conducted in two databases (Google Scholar and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations), covering scientific publications from the periods 2014-2018 and 2019-2023. Additionally, the transition in nomenclature from "daycare monitor" to "Educational Agent" was analyzed, considering the roles and responsibilities defined by laws and public service exam notices in the municipality of Rio Claro. The main objective of the research is to understand the challenges faced by Educational Agents in the school context, identify their roles and responsibilities in relation to the required training, explain their relationships with children, teachers, and school management, and present the different terms used for this role in various regions of Brazil, aiming to contribute to the improvement of quality in Early Childhood Education and the care of infants and young children. The study also highlights the importance of valuing and training these professionals for child development.

Keywords: Early Childhood Education; Educational Agents; Infants; Children.

Title in english: THE EDUCATIONAL AGENT IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: ROLE AND CHALLENGES

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MEMORIAL	11
3 OBJETIVOS	19
3.1 Objetivo Geral	19
3.2 Objetivos Específicos	19
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
4.1 A Educação Infantil	20
4.2 O Agente Educacional na Educação Infantil	24
4.3 O surgimento do título “Agente Educacional”	27
5 METODOLOGIA	33
5.1 Procedimento de produção de dados	34
5.2 Procedimento de análise de dados	36
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
6.1 Resumo das produções selecionadas	42
6.2 O que dizem as produções selecionadas sobre a função e responsabilidades das Agentes Educacionais?	45
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
8 REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O Agente Educacional é o profissional que atua junto aos bebês e crianças nas escolas, que tem como função realizar ações de apoio e parceria com os professores, de modo a auxiliar no desenvolvimento integral dos educandos.

A atuação dos Agentes Educacionais na Educação Infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento e na formação dos bebês e crianças, influenciando diretamente a qualidade do ensino e o processo de aprendizagem e desenvolvimento de cada bebê e criança nessa fase fundamental da educação.

Este projeto tem como objetivo compreender quais exigências formativas são empregadas na atuação dos Agentes Educacionais, problematizando as diversas dimensões de seu papel e os desafios que enfrentam no contexto educacional atual no Município de Rio Claro/SP.

A Educação Infantil representa um período importante para o desenvolvimento dos bebês e das crianças, e os Agentes Educacionais desempenham um papel fundamental no apoio à aprendizagem, desenvolvimento, bem-estar e segurança dos bebês e das crianças. Nesse contexto, surgem questões pertinentes para ampliarmos a compreensão sobre a atuação deste profissional: Há uma formação específica necessária? Além disso, como a valorização profissional desses agentes e a necessidade de construir parcerias eficazes com os professores influenciam na qualidade do cuidar e educar dos bebês e das crianças, e de que forma isso contribui para o reconhecimento do seu trabalho?

Este estudo pretende explorar essas questões visando contribuir com o debate e a promoção de uma Educação Infantil de qualidade e, consequentemente, para o desenvolvimento saudável e bem-sucedido dos bebês e das crianças.

Para investigar as questões ligadas a este tópico, começarei por traçar a trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil, com o objetivo de entender como o conceito de Agente Educacional foi incorporado ao ambiente escolar, destacando a importância de sua presença e o impacto no desenvolvimento dos bebês e das crianças. Da mesma forma que o professor é importante e precisamos dele no contexto educacional, o mesmo se atribui ao Agente Educacional da Educação Infantil.

Discutirei as características que definem o papel desses profissionais, bem como realizarei análises sobre o amparo legal que os envolve, contextualizando sua

função dentro do cenário educacional. Adicionalmente, explorarei as dimensões que justificam a sua participação nos espaços da Educação Infantil. O Agente Educacional faz parte de um contexto escolar que se torna importante nos meios em que atua (Dörr, 2019, p. 25).

A seguir explico a estrutura do trabalho.

No primeiro momento apresento o Memorial, no qual conto minha trajetória como Agente Educacional no município de Rio Claro/SP e de minhas experiências e dos desafios que enfrentei dentro do âmbito escolar. Mostro de que forma aprendi acerca do lugar que ocupei e ocupo na relação com bebês, crianças, professoras e gestão. Explícito o quanto fui aprendendo com os desafios o quanto precisava aprender sobre minha profissão.

Apresento os objetivos gerais e específicos. Logo, contextualizo historicamente a evolução da educação infantil, desde as primeiras instituições de cuidado até sua consolidação no sistema educacional, destacando as mudanças promovidas pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que transformaram a abordagem higienista e assistencialista tendo um novo foco ao considerar o desenvolvimento integral da criança e a importância da qualificação profissional. Em seguida, analiso a transição da nomenclatura de "monitor de creche" para "Agente Educacional", apresentando suas atribuições e responsabilidades conforme as leis e editais de concursos públicos do município de Rio Claro/SP.

Também inclui a metodologia utilizada, com um levantamento bibliográfico sobre a temática, apresentando pesquisadores que abordaram o tema com diferentes nomenclaturas em várias regiões do Brasil, e, por fim, apresento os resultados e discussões sobre o material pesquisado.

2 MEMORIAL

Sou Thamires Fernanda dos Santos, Agente Educacional, trabalhando de forma dedicada há quase 10 anos na rede Municipal de Rio Claro, todos esses anos estive atuando diretamente na Educação Infantil. Atualmente, estou na Escola Municipal Eclipse, desde o início de 2024. Minha jornada começou em 2015, quando, através de um concurso público, fui efetivada na Escola Municipal Sol¹, cheia de entusiasmo e com um profundo desejo de trabalhar na educação, porém, sem experiência alguma com crianças e sem a noção de como funcionava uma escola.

Quando fiz o concurso, no edital, a função era para “Monitor de Creche”, mas logo que fui chamada, no dia em que tomei posse, o termo mudou para “Agente Educacional”. Na época, o Município diferenciava as monitoras, sendo as de creche que eram da educação infantil na primeira etapa (0 a 3 anos), e as de ensino, que trabalhavam desde a etapa dois na educação infantil (4 e 5 anos) até o ensino fundamental.

Lembro-me que meu primeiro ano foi muito difícil, pois, mesmo tendo passado no concurso (só tendo a parte teórica), não conhecia nada da prática, nem tinha experiência com bebês. Como todo mundo falava que o importante era ser concursada, minha família me incentivou a fazer, e, depois de um tempo, quando fui chamada, me senti perdida, me perguntando “como será que é o trabalho?”, “será que é difícil ser monitora?”. As pessoas costumam dizer que cuidar de crianças é só saber trocar fraldas, dar banho e, nos momentos de refeição, dar comida. Ah, quem disse isso provavelmente nunca trabalhou com crianças. Costumo dizer que as habilidades necessárias, como agilidade, organização e a forma de cuidar das crianças, vêm com o tempo, porque dizer que é só pegar no colo quando está chorando ou limpar o nariz quando está escorrendo é muito fácil, mas quem já teve essa experiência sabe que é muito mais do que isso. Trabalhar na educação é muito mais do que ser uma prestadora de serviço, apesar de muitas vezes nos sentirmos assim.

Quando cheguei, lembro que fui muito bem recebida pela direção. Acredito que estava estampado em meu rosto o meu medo e insegurança, mas a diretora, sendo muito atenciosa, me mostrou a escola, as minhas futuras colegas de trabalho

¹ Os nomes das escolas são fictícios.

e, de forma bem simples, me explicou o que seria a minha função ali, meus horários de entrada, saída e almoço. Assim que conheci o espaço escolar, me senti mais segura. Mal sabia eu que seria tão difícil, mas afinal, é um trabalho. Como poderia ser diferente?

No decorrer dos dias, fui prestando atenção na forma como as outras agentes educacionais trabalhavam, mas confesso que no início fiquei bem perdida, pois percebi que, para o trabalho ser bem feito, precisava muito mais da minha dedicação e do meu cuidado. Aqueles bebês estavam ali totalmente dependentes do meu bom trabalho, do meu olhar atencioso, do meu cuidado, da minha sensibilidade e do meu afeto, e isso era algo que no início não estava explícito para mim. É claro que, com muito amor e cuidado, acabamos nos envolvendo e nos dedicando aos bebês, e isso vai além da responsabilidade que temos. Comecei a entender o quanto meu trabalho ali no dia a dia era importante para aquelas crianças.

Gostaria de poder dizer que, no início, encontrei colegas de trabalho que me ensinaram, me deram dicas e me ajudaram, mas foi ao contrário. Quando cheguei à escola de Educação Infantil, de atendimento em período integral, senti muita falta de alguém que me ensinasse realmente o que eu deveria fazer, e aí começou a minha saga de dificuldades. Boa parte das coisas tive que aprender sozinha e, como falei, observando minhas colegas de trabalho, mas isso se torna muito difícil quando você percebe que é você por você mesma. Algumas coisas eu ia perguntando, ia pedindo ajuda, mas como a maioria das monitoras eram monitoras mais velhas de rede, muitas delas cansadas, algumas perto de se aposentar, outras querendo se remover (pois as monitoras que eram apenas de creche agora poderiam se transferir para o ensino fundamental ou para a educação infantil da etapa 2), o objetivo delas era sair da creche. Aí fica a pergunta: por que sair da creche? Por que é tão difícil trabalhar com bebês e crianças pequenas? No início, eu não conseguia entender e nem ter a dimensão do quanto é trabalhoso e da responsabilidade que temos quando o assunto é bebês ou crianças pequenas. Então, naquele primeiro ano, não encontrei amigas que pudessem me ajudar e me ensinar. Foi muito difícil, pois me vi em uma situação de grande responsabilidade sem ter a experiência necessária para fazer o trabalho.

Os anos foram se passando e, a cada dia mais, fui “pegando o jeito”. Fui me sentindo mais confiante. Minha relação com as crianças foi se modificando. Não era mais daquela forma robótica ou de obrigação, mas eu tinha amor e carinho por

aquelas crianças. Percebia que, no decorrer dos anos, elas eram mais minhas do que das próprias famílias. No ano seguinte trabalhei em um B2, (berçário 2) onde posso dizer que foi o melhor ano da minha vida dentro da creche. Poder ver aqueles pequeninhos, que antes só engatinhavam, andando; que não comiam sozinhos, comendo sozinhos; que não falavam nenhuma palavrinha, começando a falar e a me chamar de “titia”; e, aos poucos, fui adquirindo habilidades necessárias para trabalhar com bebês e crianças pequenas.

Quando trabalhei na creche, não existiam professoras nem de manhã nem à tarde. Por isso, quando digo que a responsabilidade era grande, ela era grande mesmo. O que seria a parte pedagógica para bebês? Como eu poderia ser “tia”? Não conseguia entender o que era isso de educadora. O que seria uma educadora? Me questionava e perguntava muito. Durante muitas conversas com minhas colegas de trabalho, nos momentos em que conseguíamos nos reunir, ou com as monitoras mais velhas, aquelas de 15, 20 anos de prefeitura, elas falavam que não tinham obrigação de fazer a parte pedagógica, que não tinham obrigação de dar aula. Se limitavam apenas à atribuição que foi dada no início, quando elas se efetivaram. No início, eu não percebia nada, mas no decorrer dos anos comecei a perceber que realmente isso era algo que incomodava muitas delas, principalmente as mais antigas. Fazer registros em cadernos, sentar com a coordenadora para fazer uma avaliação diagnóstica ou até mesmo dar alguma atividade para as crianças que fossem direcionadas à parte pedagógica era algo que incomodava muito. Elas diziam: “Não tenho formação para isso”, “Não sou obrigada”, “Não faz parte da minha função”, entre outras indagações. Para mim, não fazia diferença, pois não entendia a diferença entre o cuidar, dentro das minhas atribuições, e o pedagógico, que “não fazia parte das minhas atribuições” pensando o que realmente é isso de atribuições? Era confuso, até eu entender que trabalhar dentro de uma escola, trabalhar na educação, você automaticamente se torna uma educadora. Isso é algo complexo no decorrer do tempo. Muitas coisas eram exigidas que fizéssemos, porém, como fazer de forma correta? Como saber se realmente estávamos fazendo certo? Muito difícil sem ter uma professora na sala. Dentro da escola, apenas os maternais 1 tinham professora, e as professoras só estavam no período da manhã. À tarde, ficavam com as agentes educacionais. Junto com a coordenadora, elaboramos uma rotina para as crianças, com atividades, brincadeiras e horários organizados. Confesso que isso era muito bom, pois o tempo passava mais rápido,

as crianças se divertiam mais e até mesmo nós nos sentíamos muito melhor com esse olhar cuidadoso e a ajuda da coordenação.

Fiquei na escola Estrela por três anos e, já no final de 2017, pedi transferência para a Lua, que ficava ao lado. Minha mãe era cozinheira lá há alguns anos, então aproveitei para ir trabalhar junto com ela. Estava pronta para viver um outro momento da minha vida, uma nova experiência. Entrei como agente educacional, trabalhando com uma criança de inclusão. Meu Deus, que desafio! Por um breve momento, me senti deslocada mais uma vez, sem saber como fazer, como trabalhar, e aquela forma que estava acostumada a fazer tudo mudou. Agora, minha responsabilidade, ao invés de ser uma sala de 16 bebês, tinha apenas uma aluna, diagnosticada com autismo de grau três severo, e ela não falava, não sabia ir ao banheiro sozinha, nem se trocar, totalmente dependente de mim para comer, se vestir, ir ao banheiro. Ainda mais, ela tinha o costume de fugir, correr, não gostava de ficar junto com os amigos. Lá vai eu ter que reaprender a ser uma agente educacional. O que fazer com uma criança que é totalmente dependente de mim e que tem suas necessidades voltadas à minha ajuda? Como fazer para ser uma monitora tão fundamental para uma criança que não consegue fazer boa parte das coisas sozinha? Como auxiliar a professora na aplicação de alguma atividade? O que fazer quando ela tem crise? Foram várias perguntas que me fiz novamente, tentando me reinventar e descobrir como fazer o melhor trabalho. Para ela, eu não era uma agente educacional; eu era alguém que estava ali para auxiliá-la e cuidar dela. Então, em poucos meses, ela se apegou a mim. Era muito carinhosa, me beijava e me abraçava boa parte do tempo. Se eu não estava com ela, ela já se sentia deslocada. Então, os anos que passei ali com ela me fizeram ser muito mais humana e muito mais afetiva pois ela era uma criança que realmente precisava de um olhar muito cuidadoso.

Gostaria de poder dizer que foi fácil, mas não foi. Trabalhar com crianças de inclusão exige de você muita paciência, muito amor, muita resiliência. Confesso que ser uma agente educacional numa sala de aula de berçário é tão diferente quanto ser uma agente educacional de uma criança de inclusão. São tantos detalhes, tantas coisas que precisamos saber, tanto conhecimento necessário. É uma forma diferente de trabalhar. Então, muitas vezes, me sentia cansada, desgastada, e acabei adoecendo várias vezes, pois a pressão que eu sofria não era só do meu trabalho; era de todo um contexto. Minha mãe, trabalhando na cozinha, ficava preocupada

comigo; minha família também sentia a minha ausência, porque eu precisava me dedicar muito e boa parte do meu tempo após o trabalho estava muito cansada. Aos poucos, fui conquistando e entendendo o quanto meu trabalho era importante, o quanto eu estava sendo fundamental no dia a dia da escola. A professora da sala se sentia melhor quando estava ao meu lado. Isso, para mim, era muito gratificante, mas, ao mesmo tempo, era cansativo.

Então, com a ajuda da professora de AEE (Atendimento Educacional Especializado) fui encontrando a melhor forma de lidar com a aluna. Ao mesmo tempo que ela precisava ter esse vínculo comigo, ela também não poderia ser totalmente dependente de mim. Eu precisava dosar como fazer, como lidar, como falar e como me comportar, sempre com a orientação da professora de sala. Posso dizer que foi um ano muito bom, aprendi muito com ela e com a professora. Era uma sala de maternal 2, uma fase que eu não conhecia na educação infantil, com crianças pequenas que já estavam aprendendo muitas coisas, e eu adorei.

No ano seguinte, me transferi para outra escola municipal chamada Escola municipal Céu, no bairro onde moro. Devido à construção de prédios, foi necessário abrir uma pequena escola para comportar a quantidade de crianças, pois o número de famílias que foram morar nesses prédios foi muito grande. A minha escola tinha salas centralizadas e era uma extensão da Escola Lua. Era uma escola de educação infantil da etapa 2, comportando crianças do maternal 2 até o infantil 2. Porém, devido à demanda e necessidade, foi criada uma salinha de maternal 1, o que não era muito comum, pois a educação infantil da etapa 1 seria para crianças de berçário até maternal 2, e a etapa 2 do infantil 1 ao infantil 2.

Ali, encontrei minha nova morada, onde precisei me reinventar e me redescobrir novamente. Já não era mais monitora de apenas uma criança; voltei a ser monitora de uma escola inteira, sendo chamada de "volante". Antes, eu era acostumada a ser monitora de uma sala, mas agora era monitora de uma escola inteira, trabalhando conforme a necessidade ou na falta de alguma colega de trabalho. O desafio para mim agora era aprender a lidar não apenas com uma professora, mas com todas as professoras, sempre disponível à coordenação, e a direção, ajudando conforme a necessidade da escola. Para mim, isso era tudo novidade, pois antes eu ficava apenas dentro de uma sala de aula, convivendo com apenas uma professora ou cuidando apenas de uma criança de inclusão. Agora, precisava saber o nome de todas as crianças, dar banho em todas conforme a

necessidade, ajudar na organização da escola, ficar disponível às famílias e aos eventos que a escola proporcionava à comunidade. Ou seja, minhas relações aumentaram entre pessoas, minhas colegas de trabalho aumentaram. Antes, eu interagia com uma ou duas colegas; agora, tinha muitas outras, dependendo do trabalho uma da outra. Nunca vivi tanto a palavra parceria, onde, para concluir meu trabalho, eu precisaria da ajuda de outra pessoa. E assim foi durante seis anos: trabalhei como volante, no maternal 1, no maternal 2, no infantil 1 e no infantil 2. Vivi todos os tipos de experiências que se possa imaginar.

Tive problemas de saúde no decorrer do tempo, precisei me afastar e me ausentar algumas vezes. Aprendi que, na época de inverno, quando as crianças mais adoecem, nós, Agentes educacionais, também ficamos doentes. Tive que tomar vacinas, vivenciei muitas situações difíceis com as crianças e com os colegas de trabalho. Entendi que trabalhar na educação é como uma roda-gigante: há momentos bons e ruins, mas precisamos sempre manter as boas relações e o profissionalismo. Isso é o que nos faz conseguir chegar do início ao final do ano.

Com a construção de novas escolas no município de Rio Claro, houve a necessidade de transferir as crianças para um prédio novo, que fosse adaptado conforme as necessidades delas. Precisávamos de uma estrutura boa, uma escola feita para as crianças, sem gambiarras ou infiltrações. Como éramos uma escola que surgiu em tempos de necessidade, o prédio não foi feito para as crianças. Os banheiros não tinham privadas adaptadas para o tamanho delas, o parquinho era pequeno e sem espaço suficiente para brincar, as salas de aula não tinham uma boa ventilação, eram fechadas e escuras. O pátio era um salão pequeno, onde cabiam apenas as mesas do refeitório e uma casinha de brinquedo. Na secretaria, ficavam a auxiliar administrativa, a vice-diretora e a diretora. Os professores não tinham uma sala adequada para fazer reuniões; ficavam todos juntos na sala da coordenadora, onde o espaço era também dividido em sala de brinquedo, de computadores e de materiais. A cozinha, além de ser pequena, tinha muita infiltração e mofo, dificultando o trabalho das meninas na preparação dos alimentos para as crianças.

Mesmo sendo uma escola adaptada, muitas crianças passaram por ali. Cuidei delas com muito carinho e me dediquei para fazer daquele lugar um lugar de alegria e felicidade, tanto para as crianças quanto para minhas colegas de trabalho. Nos tornamos uma família.

Porém, enquanto isso, foi se construindo uma nova escola para as crianças, chamada Escola Eclipse (2024) onde fomos transferidos junto com as crianças. Estou vivendo novos desafios, oportunidades e experiências. Esta escola é um projeto piloto, uma ideia da Secretaria da Educação para facilitar o trabalho dentro das creches. Ou seja, minha escola abrange tanto a educação infantil da etapa um quanto da etapa dois, atendendo bebês de três meses até crianças de cinco anos. Outro desafio é que, na minha época, não havia professoras nos berçários, mas agora há. O que antes era difícil, agora está melhorando, e fiquei feliz em ver que a intenção da Secretaria da Educação é melhorar cada vez mais a qualidade do ensino para bebês e crianças pequenas.

Ao longo desses anos, testemunhei o poder da aprendizagem na vida dos alunos na educação infantil. Desde a adaptação inicial a cada etapa foi marcada por desafios inspiradores. Lembro-me das primeiras turmas, cheias de curiosidade e energia, e como aprendi a adaptar minha prática do apenas cuidar para atender às necessidades únicas de cada turma entendendo que o pedagógico também faz parte.

Dentro da sala de aula, aprendi que o ensino vai além de apenas cuidados de higiene e alimentação, com o tempo, descobri a importância de criar um ambiente acolhedor e estimulante, onde o conhecimento pudesse florescer. Aprendi com meus erros e celebrei minhas pequenas vitórias diárias, sabendo que cada aluno é uma semente que precisa ser cultivada com carinho e paciência.

Fora da sala de aula, participei ativamente de projetos e eventos escolares que fortaleceram o senso de comunidade entre alunos, pais e colegas. Ajudei em organizações, peças teatrais e até mesmo passeios educativos que ampliaram os horizontes das crianças para além dos muros da escola.

Durante esses anos vi muitos desafios surgirem no cenário educacional, desde a implementação de novas políticas até a adaptação às tecnologias emergentes, principalmente na Pandemia da COVID 19. Em cada mudança, busquei não apenas me adaptar, inspirando e sendo inspirada pelos meus colegas de trabalho a abraçarmos as mudanças como oportunidades de crescimento.

No coração de tudo isso, está o profundo amor que nutro pela minha profissão e pelos meus alunos. Cada um deles deixou uma marca em minha vida, ensinando-me tanto quanto eu tentei cuidar e ensiná-los. Acredito firmemente que a

educação não é apenas transmitir conhecimento, mas também guiar as crianças na construção de um futuro melhor.

Este memorial não é apenas uma reflexão sobre minha jornada como educadora, mas um testemunho do compromisso que tenho com a educação e com o constante aprimoramento profissional. Ao olhar para trás, sinto-me grata por cada experiência, desafio e conquista que moldaram minha trajetória até aqui. Estou ansiosa para os próximos capítulos dessa jornada, sabendo que ainda há muito a aprender e a contribuir para o desenvolvimento da educação.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Compreender os desafios que enfrentam as Agentes Educacionais no contexto escolar.

3.2 Objetivos Específicos

- Identificar as atribuições e as responsabilidades dos Agentes Educacionais e analisar sua correspondência em relação à formação exigida.
- Explicitar as relações estabelecidas entre o Agente Educacional com alunos, professores e gestão escolar.
- Apresentar as diferentes nomenclaturas que o Agente Educacional recebe nas diferentes regiões.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 A Educação Infantil

A história da educação infantil tem raízes profundas na evolução do pensamento educacional em todo o mundo. No contexto geral, a educação infantil, também conhecida como creche e pré-escola, passou por várias fases de estruturação e organização ao longo dos séculos.

Segundo Nascimento (2015), no Brasil, a história da educação infantil começa a ganhar destaque no final do século XIX e início do século XX, com a influência de movimentos pedagógicos europeus e a criação dos primeiros jardins de infância. Entretanto, a consolidação da educação infantil como parte integrante do sistema educacional brasileiro ocorreu mais recentemente.

No início, as instituições voltadas para crianças pequenas tinham mais ênfase na assistência, especialmente na época da industrialização, quando muitas mães precisavam trabalhar nas fábricas e não tinham acesso a estruturas de cuidados adequados para seus filhos. Nas palavras de Nascimento (2015),

A infância, a maternidade e o trabalho feminino em conjunto com a questão econômica do processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial, configurou o contexto histórico no qual as primeiras creches se constituíram no Brasil (Nascimento, 2015, p.4).

Muitas mães precisavam trabalhar nas fábricas para ajudar na renda familiar. Isso criou uma necessidade imediata de assistência às crianças pequenas, uma vez que não havia estruturas adequadas para cuidar delas.

A Constituição Federal de 1988 (CF) (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) (Brasil, 1996) desempenharam um papel fundamental nesse processo, reconhecendo a pré-escola como parte integrante do sistema educacional. Isso representou uma mudança importante, definindo que a educação infantil deve ser tanto educacional quanto de assistência, com foco no desenvolvimento integral da criança. Conforme Guimarães (2011),

No Brasil, do ponto de vista legal, a partir da promulgação da Constituição de 1988, todas as crianças são consideradas como sujeitos de direitos: direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária. Esta ampla conquista é fruto de intensas lutas e discussões da sociedade civil organizada, movimentos de mulheres e pesquisadores do campo da infância e da educação ao longo dos anos 80, especialmente (Guimarães, 2011, p. 29).

Portanto, o processo histórico da educação infantil no Brasil reflete uma evolução da visão predominante de assistência para uma abordagem educacional, reconhecendo a importância de fornecer condições para o aprendizado e o desenvolvimento adequado aos bebês e às crianças desde os primeiros anos de vida.

A partir da legislação acima referida, CF/1988 e LDB/1996, a educação infantil passa a ser organizada, expandindo-se e assumindo um papel de grande relevância na história da sociedade brasileira. É importante ressaltar que essa conquista dos direitos da educação infantil foi resultado de intensa luta e determinação por parte das partes envolvidas. Assim, a LDB (Brasil, 1996), estabelece que:

No art. 29. A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade. No art. 30.a Educação Infantil será oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade. No art. 31. Na Educação Infantil a avaliação será feita mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao Ensino Fundamental (Brasil, 1996).

Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), garantindo a educação infantil, como primeira etapa da educação básica, com a finalidade do desenvolvimento integral das crianças até seis anos de idade, há o fortalecimento do enfoque pedagógico para a educação infantil, uma etapa que ao longo da sua história foi marcada por perspectivas higienistas, assistencialistas e educacionais, as quais ao serem polarizadas e fragmentadas dificultaram que os direitos dos bebês e crianças fossem garantidos.

Segundo Kuhlmann Jr. (2000), no Brasil, a origem das creches e pré-escolas teve objetivos diferentes relacionados ao atendimento das crianças, as creches

funcionaram com a finalidade de assistir aos mais pobres e as pré-escolas defenderam o caráter pedagógico e tiveram a função de educar os mais abastados. Então, de acordo com o autor, as instituições não são diferenciadas em suas origens ou pela ausência de propósitos educativos, mas pelo público e pela faixa etária atendida, ou seja, foi a condição social que abarcou a dualidade entre o assistencial e o pedagógico.

Enquanto as creches foram consideradas como locais de amparo, proteção e compensação, as pré-escolas apresentaram um viés educacional e instrucional. No entanto, Kuhlmann Jr. (2000) defende que a polarização e fragmentação sobre os conceitos do assistencialismo e do pedagógico ou educacional impediu mudanças nos contextos educacionais que atendem bebês e crianças.

A polaridade entre a assistência e educação, representando o mal e o bem, como em um conto de fadas, permite às propostas inaugurar o novo e implantar o pedagógico ou o educacional, nos textos..., enquanto a realidade institucional permanece intocada nas questões que efetivamente discriminam a população pobre (Kuhlmann Jr. 2000, p. 53, grifo do autor).

Por isso, Kuhlmann Jr. (2000) salienta que o uso do termo assistencialismo e pedagógico ou educacional foi ao longo da história da educação infantil no Brasil, sendo reproduzido de forma simplista, pois, tanto a creche, como a pré-escola possuem desde suas origens o seu caráter pedagógico ou educacional. A creche destacou-se por cumprir a função de educar para submissão e compensação, e a pré-escola a função de transmissão e instrução. Na perspectiva do autor ser educacional não é algo contraditório a ser assistencial, ser educacional não é algo positivo, e ser assistencial não é negativo, já que, os bebês e crianças precisam ser assistidos e educados.

Ao considerar a perspectiva de Kuhlmann Jr. (2000), ampliamos a concepção de que ao polarizar e fragmentar o assistencial e o pedagógico, contribuímos para a cisão entre o cuidar e educar, tão presente atualmente nas escolas da primeira infância. Pinto (2023) apresenta os desdobramentos da história da educação infantil, quando fragmentamos e polarizamos o assistencial e o pedagógico, e consequentemente o cuidar e o educar,

Reitero que de maneira fragmentada e equivocada, a cisão entre cuidar e educar desdobra-se no cuidar como algo que ocupa o maior tempo das instituições, porém é percebido como algo menor, como se pudesse ser desvinculado da aprendizagem e desenvolvimento dos bebês e crianças, os quais são sujeitos participantes, e não objetos passivos. Permanece como desafio da Educação Infantil, de 0 a 3 anos, superar ações de cuidados como práticas higienistas e aligeiradas, pois o cuidar indissociável do educar demanda atenção, intencionalidade e sensibilidade, em uma perspectiva que excede os cuidados corporais e engrandece a relação entre os sujeitos, de forma que os profissionais da Educação Infantil acompanhem a trajetória de desenvolvimento dos bebês e crianças com interesse, ao valorizar sua dimensão formativa (Pinto, 2023, p.33).

Pesquisadores como Kuhlmann Jr. (2000), Tristão (2004), Guimarães (2011), Pinto (2023) e outros, ampliam os conceitos de assistencial e pedagógico, e cuidar e educar, de forma a possibilitar a compreensão da educação infantil no Brasil. Ao problematizar os aspectos até aqui apresentados, esses pesquisadores afirmam a importância dos cuidados nas instituições educacionais, sem reduzir os cuidados à uma dimensão higienista, pois o cuidado é algo maior, que vai além dos cuidados corporais, quando afirmamos que a educação infantil deve garantir o desenvolvimento integral dos bebês e crianças.

Um documento do município de Rio Claro, a Reorientação Curricular da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro (Rio Claro, 2008), ao apresentar um breve histórico da educação em Rio Claro, aponta que:

As creches, na função social de atender as mães trabalhadoras do município, cumpriam adequadamente seu papel assistencial, e eram vinculadas ao Fundo Social de Solidariedade. Devido às transformações ocorridas na educação, as Creches do Município foram repensadas quanto ao seu papel educativo e pedagógico, fomentando uma nova Política Educacional, onde o assistencialismo dá lugar ao Cuidar, Educar e Brincar (Rio Claro, 2008, p. 15).

A mudança das creches da Assistência Social para a Educação trouxe ganhos bem significativos para a educação infantil no município, apesar do olhar fragmentado e polarizado entre o assistencial e o educacional, vemos como importante o reconhecimento dos bebês e das crianças como aqueles capazes de aprender e se desenvolver por meio do cuidar, educar e brincar, e não somente como meros beneficiários de assistência, o que levou o município a necessidade de ter profissionais nas escolas que contribuíssem com a nova organização educacional municipal.

4.2 O Agente Educacional na Educação Infantil

Houve transformações significativas na forma de atender os bebês e as crianças na educação infantil, levando ao reconhecimento de que esta etapa demandava profissionais qualificados, como os professores, porém é possível constatar que parte da educação infantil, a etapa um ou a creche, ainda conta com profissionais que não possuem uma formação inicial (pedagógica) para atuar nas escolas, tais como cuidadores, auxiliares, monitores ou agentes educacionais.

Segundo Dörr (2018), historicamente, eram cuidadores os responsáveis pelo atendimento em creches e, suas propostas, tinham pouca ênfase em processos pedagógicos ou de aprendizagem. As creches eram frequentemente vistas como locais de acolhimento de crianças enquanto seus pais trabalhavam, e esses cuidadores não possuíam formação educacional específica. O cuidado era então baseado em conhecimentos leigos e experiências pessoais com a educação. Com o passar do tempo, surgiram lutas para proporcionar uma educação adequada a essas crianças, resultando na necessidade de profissionais qualificados e na valorização do aspecto pedagógico na educação infantil. Para Dörr (2018),

Partindo dessa perspectiva, devemos direcionar nosso olhar aos auxiliares de turma, ou melhor, aos primeiros atendentes. Por lei, esse é um cargo já extinto segundo o artigo 62 da LDB, que traz a formação de atuação dos profissionais de educação, dessa forma as escolas deveriam reorganizar o seu planejamento e organizar novos concursos públicos para atender as crianças da Educação Infantil (Dörr, 2018, p. 17).

O edital de 2013 do município de Rio Claro estabeleceu o cargo de "Monitor", que passou a ser chamado de Agente Educacional, com a responsabilidade de conduzir atividades recreativas com os bebês e as crianças nas creches. Isso implicou que esses profissionais tivessem a tarefa de promover brincadeiras educativas em diversos ambientes, abrangendo salas de aula, áreas externas e espaços não vinculados à escola. É importante notar que esses monitores não eram necessariamente obrigados a possuir conhecimentos específicos em educação ou no processo de aprendizagem, sendo requisito mínimo a conclusão do Ensino Médio.

De acordo com a descrição sumária da função presente no edital de Abertura do Concurso Público nº 01/2013 da Prefeitura Municipal de Rio Claro, a abertura de

inscrições ao Concurso Público de Provas, a qual foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2013), esclarece que o agente educacional:

Executa sob supervisão, serviço de atendimento às crianças em suas necessidades diárias, cuidando da alimentação, higiene, recreação e segurança. Descrição detalhada: Trabalhar integralmente com o Professor, no sentido de proporcionar à criança atendimento com uma única linha de ação. Trocar fraldas, dar banhos e zelar pela higiene da criança. Dar mamadeiras utilizando a posição correta, com o bebê ao colo e obedecendo aos horários. Saber usar o banheiro mantendo-o seco e limpo e as toalhas e roupas nos seus respectivos lugares. Servir as refeições nos horários estabelecidos, estimulando a criança a comer sozinha (Rio Claro, 2013, p. 16).

Nesse início, descreve-se as tarefas de um profissional de cuidados infantis, destacando atividades como trocar fraldas, dar mamadeiras e manter a higiene das crianças. No entanto, não menciona o foco na educação, baseada em interações significativas com bebês e crianças ou a necessidade de adaptar os cuidados às necessidades individuais. O que nos leva a refletir, quando o cuidador se restringe apenas a essas tarefas na escola?

Constam também entre as atribuições do agente educacional:

Administrar medicamentos somente se solicitado por escrito pelos responsáveis pela criança ou prescritos por médico, obedecendo à dosagem e horários específicos. Prestar primeiros socorros sempre que necessário. Providenciar a lavagem e esterilização dos brinquedos do berçário (uma vez por dia), responsabilizando pela sua conservação e higiene. Manter as chupetas e as mamadeiras esterilizadas. Controlar as condições de higiene ambiental comunicando à Coordenadora qualquer desatenção às normas de limpeza e desinfecção estabelecidas pela creche para higiene do berçário (Rio Claro, 2013, p. 16).

No entanto, mais ao final do edital, é atribuída ao cargo de Agente Educacional a participação pedagógica aprimorando as responsabilidades dos agentes.

Detectar desvios de saúde nas crianças informando ao Coordenador/Diretor, após a observação atenta de cada criança, sabendo reconhecer diferenças significativas no seu comportamento e aspecto físico. Decidir quando as crianças poderão estar ou não estar no exterior, avaliando as condições do ambiente e das crianças. Receber e entregar as crianças aos pais ou responsáveis, em condições, que evitem atropelos e dificuldades de comunicação. Diligenciar para o seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural. Executar e manter em dia a escrituração da escola a seu cargo. Ser assíduo e comparecer com pontualidade a seu local de trabalho. Comparecer às reuniões pedagógicas, cursos de capacitação, eventos e comemorações (Rio Claro, 2013, p. 16).

Muitas vezes, os professores e as professoras de Educação Infantil são reconhecidos por tratarem das questões de cunho pedagógico e as monitoras são indicados para lidar com o cuidar, tanto físico quanto higiênico e alimentício (Dörr, 2019, p. 19).

Em sua pesquisa sobre o tema, Dörr (2019) identificou através de conversas informais com as participantes das pesquisas algumas das responsabilidades das monitoras no ambiente escolar. Esses relatos destacam o uso da palavra "suporte", o que sugere que sua função está principalmente focada nesse aspecto. Além disso, a autora nota que a questão de as monitoras assumirem tarefas de professores pode interferir nas funções apropriadas das monitoras (Dörr, 2019, p. 20).

Santos (2013) destaca uma problemática: onde o monitor acaba sendo um profissional secundário, exercendo a função de professor, subordinado a outro profissional.

Já com as famílias, a relação do Agente Educacional precisa acontecer em colaboração e parceria com os educadores e pais e responsáveis. Uma comunicação aberta, respeitosa e transparente é essencial. Os agentes educacionais devem envolver os pais ou responsáveis no processo educacional, compartilhando informações sobre o desempenho e o desenvolvimento dos bebês e das crianças. Eles também devem ouvir as preocupações e necessidades da família, buscando entender as expectativas e prioridades dos pais em relação à educação de seus filhos. A parceria entre a escola e a família é fundamental para o sucesso educacional das crianças, promovendo um ambiente de apoio e colaboração mútua.

O Agente Educacional desempenha um papel mais amplo do que suas atribuições tradicionais de auxílio. Eles estão constantemente presentes em diversos momentos, colaborando com o docente responsável pela turma. Isso sugere que, embora possam não ter a designação formal de professoras, elas estão ativamente

envolvidas e desempenham um papel fundamental na educação das crianças, indo além do que normalmente se espera de seu cargo. Isso ressalta a importância do trabalho dos Agentes na escola.

4.3 O surgimento do título “Agente Educacional”

No início, assim como muitos outros municípios, Rio Claro dividia o trabalho das cuidadoras em duas etapas distintas da educação. Havia as monitoras de creche, responsáveis pelas crianças de 0 a 3 anos, consideradas como a primeira etapa e, as monitoras de ensino, onde se estendia até os anos iniciais do ensino fundamental I. Em vista disso, os concursos seguiam essa especificidade para cada função, um concurso era destinado às monitoras de Etapa I e outro concurso para as monitoras do da Etapa II da educação infantil e para o ensino fundamental. Dessa forma, eram realizados dois tipos diferentes de concursos, cada um voltado para cada etapa.

Com as crescentes demandas e o surgimento de novas necessidades, a Secretaria Municipal de Educação de Rio Claro, em conjunto com o prefeito, João Teixeira Júnior, (2015), identificou a urgência de reformular e unificar as atribuições das monitoras, conferindo-lhes um novo título de maior relevância. O objetivo era unificar as tarefas, responsabilidades e cargos, estabelecendo que, a partir do Decreto, todas desempenhassem a mesma função dentro do município. O novo Decreto Municipal nº 10.304, altera a Atribuição do Cargo de Agente Educacional nos seguintes termos:

O Prefeito do Município de Rio Claro, São Paulo, João Teixeira Júnior, em observância aos dispositivos legais estabelecidos nos artigos 79, incisos III e VIII da Lei Orgânica do Município, em resposta à solicitação da Secretaria Municipal da Educação, reconheceu a necessidade de ajustar as atribuições do cargo de Agente Educacional para melhor adequação à rotina das Unidades Educacionais do Município, e determinou o seguinte: Artigo 1º - A descrição do cargo de Agente Educacional, conforme previsto no Decreto Municipal nº 10.304, de 01 de abril de 2015, foi atualizada da seguinte maneira: O Agente Educacional desempenha atividades relacionadas à estimulação, apoio, avaliação e registro - incluindo atendimento ao público da Educação Especial -, supervisão e orientação dos docentes, do professor coordenador e do núcleo gestor da unidade em que atua, contribuindo para o desenvolvimento completo dos educandos. O profissional assegura o cumprimento

integral dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em colaboração estreita com os professores, contribui para oferecer um atendimento unificado e de qualidade às crianças. Nos berçários 1 e 2, recebe orientações do professor coordenador ou, na sua ausência, do Diretor/Dirigente, para definir a linha de ação a ser seguida no trabalho. As responsabilidades incluem a realização da troca de fraldas, a administração de banhos e a manutenção da higiene das crianças. Além disso, o profissional alimenta os bebês de maneira adequada, segurando-os corretamente e respeitando os horários estipulados, promovendo assim um cuidado integral e atencioso (Rio Claro, 2015, p. 66)

Estas modificações propostas para o cargo de Agente Educacional buscam alinhar suas atribuições à prática diária nas instituições educacionais municipais. O papel do Agente Educacional abrange uma série de responsabilidades cruciais para garantir o cuidado e o desenvolvimento pleno dos bebês e das crianças sob sua supervisão.

Em seu cotidiano, o Agente se empenha em manter a higiene e a limpeza dos banheiros utilizados pelas crianças, garantindo um ambiente sempre limpo e seco. Ele organiza toalhas e roupas de forma apropriada, assegurando o armazenamento individual e o manuseio correto dos objetos pessoais. No momento das refeições, o Agente Educacional não apenas serve as refeições pontualmente, mas também estimula a autonomia das crianças durante esse processo fundamental.

Quando necessário, o Agente Educacional administra medicamentos, seguindo as orientações por escrito dos responsáveis e as prescrições médicas, sempre atentando para dosagens e horários específicos. Além disso, o Agente Educacional desempenha um papel vital ao oferecer primeiros socorros quando necessário. Diariamente, realiza a lavagem e a esterilização dos brinquedos do berçário, garantindo sua conservação e higiene.

O controle da higiene das chupetas é uma responsabilidade constante, visando reduzir seu uso gradualmente. Qualquer irregularidade nas normas de limpeza é prontamente comunicada ao Diretor/Dirigente². Após o horário regular de saída, o Agente Educacional supervisiona as crianças, garantindo sua segurança e bem-estar, participando ativamente de reuniões convocadas pela equipe gestora.

² Em 2014, a Lei Complementar nº 089 equiparou o cargo de dirigente de creche ao de diretor de escola em Rio Claro. Essa mudança, disposta no Artigo 39º, garante igualdade de remuneração e progressão na carreira entre os dois cargos. O cargo de dirigente de creche está em regime de extinção na vacância. As leis que regem essa equiparação são a Lei Complementar 024/2007 e a Lei Municipal nº 3777/2007 (PINTO, 2023, p. 45).

O Agente Educacional é ainda responsável pelo material pedagógico utilizado na estimulação das crianças, buscando constantemente informações para aprimorar o período de adaptação. Distribuindo tarefas para dedicar mais tempo às crianças recém-chegadas, o Agente Educacional busca orientação em casos de dificuldade, sempre zelando pela higiene, proteção e prevenção de acidentes.

Segundo a legislação:

Descrição Sumária do cargo de agente educacional: Executar atividades relacionadas às práticas de estimulação, apoio, avaliação, registro, inclusive do público alvo da Educação Especial, supervisão e orientação de docentes, do professor coordenador e do núcleo gestor da unidade de atuação, auxiliando no desenvolvimento integral dos educandos (Rio Claro, 2015, p. 66).

Diariamente, realiza a desinfecção do ambiente físico do berçário, das salas de recreação e das áreas de troca, atento a sinais de desvios de saúde, comunicando-os ao Diretor/Dirigente, após análise cuidadosa. Ao acompanhar as crianças em atividades externas, o Agente assegura uma comunicação eficaz e máxima segurança. Investindo constantemente em aprimoramento profissional, o Agente mantém registros detalhados sobre alimentação, segurança, higiene, recreação e saúde. Ele comparece pontualmente ao local de trabalho e participa ativamente de reuniões, cursos de capacitação e eventos comemorativos, contribuindo para um ambiente educacional saudável e enriquecedor.

Conforme a legislação, o Agente Educacional “Executa e mantém em dia a escrituração da escola a seu cargo, entendida como: Registro semanal do desenvolvimento relativo à: Alimentação, Segurança, Higiene, Recreação, Locomoção, Saúde” (Rio Claro, 2015, p.66).

Na maioria das escolas há um caderno o qual chamamos de livro de ocorrências das turmas, e cabe ao professor e agente educacional registrar sobre o que está mencionado acima.

Como já referido, o cargo exige Ensino Médio completo e demanda iniciativa constante, esforço físico (permanência em pé e movimento, inclusive carregando crianças) e mental contínuo, recebendo instruções e orientações regulares. Além disso, há a responsabilidade por informações confidenciais, patrimônio, segurança de terceiros e supervisão dos alunos, em um ambiente de trabalho considerado normal.

Em 2019, houve algumas alterações nas atribuições do cargo de Agente Educacional, conforme previsto no Decreto Municipal nº 10.304, de 1º de abril de 2015 visto anteriormente. Devido às novas demandas, foi necessário atualizar algumas informações.

O Decreto nº 11.630, de 21 de outubro de 2019, altera as atribuições do cargo de Agente Educacional, originalmente previstas no Decreto Municipal nº 10.304, de 1º de abril de 2015. O prefeito de Rio Claro, João Teixeira Junior (2019), no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 79, incisos III e VIII da Lei Orgânica do Município, considerou o pleito da Secretaria Municipal da Educação e a necessidade de adaptar as funções do cargo à realidade cotidiana das unidades educacionais do município. Assim, decidiu modificar as responsabilidades do Agente Educacional, para melhor alinhá-las ao dia a dia das escolas. Artigo 1º - A descrição detalhada de Agente Educacional, constante do Decreto Municipal 10.304, de 01 de abril de 2015, passa a ter a seguinte redação:

Descrição Sumária: Executar atividades relacionadas às práticas de estimulação, apoio, avaliação, registro, inclusive do público-alvo da Educação Especial, supervisão e orientação de docentes, do professor coordenador e do núcleo gestor da unidade de atuação, auxiliando no desenvolvimento integral dos educandos. Descrição detalhada: - Atenta para o cumprimento dos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente. - Trabalha integradamente com o professor, no sentido de proporcionar à criança atendimento com uma única linha de ação. Nos berçários 1 e 2 o professor coordenador, ou na sua ausência, o Diretor/Dirigente orientará a linha de ação para o trabalho. - Troca fraldas, dá banhos e zela pela higiene da criança. - Dá mamadeiras utilizando a posição correta, com o bebê ao colo e obedecendo aos horários. Cuida para que o banheiro de uso das crianças mantenha-se limpo e seco, que as toalhas e roupas sejam mantidas em local adequado e primar pelo uso individual dos objetos de uso pessoal e por seu correto acondicionamento. - Serve as refeições nos horários estabelecidos estimulando a criança a comer sozinha. - Administra medicamentos somente se solicitado por escrito pelos responsáveis pela criança e prescritos por médico, obedecendo a dosagem e horários específicos. - Presta primeiros socorros sempre que necessário. - Providencia a lavagem e esterilização dos brinquedos do berçário (uma vez por dia), responsabilizando-se pela sua conservação e higiene. - Mantém as chupetas esterilizadas, cuidando para que seu uso seja reduzido gradativamente. - Controla as condições de higiene ambiental comunicando ao Diretor/Dirigente qualquer desatenção às normas de limpeza e desinfecção estabelecidas pela escola para higiene do local. - Responsabiliza-se pelas crianças que aguardam os pais, após o horário regular de saída, zelando pela sua segurança e bem-estar. - Participa das reuniões periódicas ou extraordinárias convocadas pelo Diretor/Dirigente e equipe técnica. -

Responsabiliza-se pelo material psicopedagógico a ser utilizado na estimulação da criança. - Utiliza as informações já existentes e procurar apoio da equipe técnica para adquirir mais informações, objetivando conduzir melhor o período de adaptação da criança. - Distribui o trabalho de forma a ter mais tempo disponível para as crianças recém-admitidas. - Pede orientação à equipe técnica em caso de dificuldade no atendimento diário à criança. Em casos de alunos público-alvo da Educação Especial, solicitar orientação do Professor de Atendimento Educacional Especializado, bem como, dos profissionais da saúde que os atendem. - Cuida da higiene corporal e da proteção contra temperatura excessiva (frio ou calor). - Protege as crianças de acidentes. - Cuida da desinfecção do ambiente físico do berçário, das salas de recreação e local de banho e troca. - Detecta desvios de saúde nas crianças informando ao Diretor/Dirigente, após a observação atenta de cada criança sabendo reconhecer diferenças significativas no seu comportamento e aspecto físico. - Acompanha as crianças no ambiente externo para o desenvolvimento de atividades recreativas. - Recebe e entrega as crianças aos pais ou responsáveis em condições que evitem atropelos e dificuldades de comunicação. - Diligência para o seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural. - Executa e mantém em dia a escrituração da escola a seu cargo, entendida como: Registro semanal do desenvolvimento relativo à: Alimentação, Segurança, Higiene, Recreação, Locomoção, Saúde. - Mantém-se assíduo e comparece com pontualidade a seu local de trabalho. - Comparece a reuniões, cursos de capacitação, eventos e comemorações (Rio Claro, 2019, p. 66).

A principal diferença entre os decretos de 2015 e 2019 para o cargo de Agente Educacional está na adaptação das atribuições às necessidades do cotidiano das unidades educacionais. O decreto de 2019 destaca a necessidade de atualizar as responsabilidades da função para se alinhar às realidades diárias das escolas, uma justificativa que não aparece no decreto de 2015. Além disso, o texto do decreto de 2019 foi reescrito de forma mais clara e organizada, embora a essência das atribuições permaneça a mesma.

O decreto de 2019 também reforça a importância de solicitar orientação de profissionais especializados, como o Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), para o atendimento de alunos da Educação Especial, o que já era mencionado no decreto anterior, mas agora aparece com uma redação mais clara e direta. As responsabilidades relacionadas ao registro semanal de atividades como alimentação, higiene e segurança, bem como a participação em reuniões, cursos e eventos, foram mantidas, mas descritas de forma mais objetiva no texto de 2019.

O decreto de 2019 não traz mudanças significativas no conteúdo das funções, mas reorganiza a linguagem para melhor refletir o dia a dia das escolas e reforçar a importância da orientação técnica no trabalho com alunos da Educação Especial.

Dessa forma, compreendo que o papel do Agente Educacional no ambiente escolar vai além de ser apenas principal; torna-se fundamental para oferecer um contexto educativo adequado para bebês e crianças. Isso demonstra que, mesmo que a responsabilidade tenha sido transferida primariamente para o professor, o Agente Educacional ainda desempenha um papel significativo para poder efetivar o "cuidar e educar". Apesar das diferenças nas funções, responsabilidades e exigências, ambos contribuem para um trabalho conjunto, no qual é fundamental ter atenção, um olhar cuidadoso, afeto, dedicação e parceria caminhando professores e Agentes Educacionais lado a lado.

A partir dos estudos até aqui apresentados, concluo que a função do Agente Educacional emerge de um contexto histórico, e o estudo de sua função e de suas atribuições pode contribuir para o aprimoramento da qualidade da Educação Infantil, promovendo o melhor atendimento dos bebês e crianças pequenas.

5 METODOLOGIA

Durante a investigação científica, a escolha metodológica desempenha um papel fundamental na definição, execução e interpretação dos resultados. Para Vergara (2009) o método é uma forma de realizar uma pesquisa seguindo um caminho, uma lógica de pensamento, baseando a pesquisa por meio de um método hipotético-dedutivo onde com base na positividade algumas hipóteses são testadas e analisadas visando encontrar um resultado lógico. Segundo Gil (2007, p. 41) uma pesquisa tem o objetivo de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

O método utilizado neste trabalho foi a revisão de literatura, que, segundo Galvão e Pereira (2014), é um tipo de investigação focada em questões bem definidas, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis. A revisão da literatura tem como foco produções científicas que tematizem as responsabilidades do Agente na Educação Infantil.

Essa metodologia permitirá uma análise aprofundada das experiências e percepções do seu contexto contribuindo para uma compreensão mais abrangente do fenômeno em estudo. A metodologia de pesquisa servirá para orientar o processo de investigação, definindo os passos, técnicas e ferramentas necessárias para coletar, analisar e interpretar dados, a fim de responder a uma pergunta ou objetivo de pesquisa. "O pesquisador deve escolher a modalidade mais adequada de acordo com o objetivo de seu estudo, a natureza do fenômeno investigado e os recursos disponíveis" (Guerra, 2021, p. 556). Segundo Guerra (2021, p. 556), “A pesquisa bibliográfica também é essencial para estudos históricos, pois muitas vezes não há outra maneira de conhecer fatos passados senão através de dados bibliográficos” (Guerra, 2021, p 556).

A pesquisa envolve ainda várias fases no decorrer de seu desenvolvimento, pois se adequa a formulação do problema de maneira satisfatória até que os resultados possam ser apresentados. Em um primeiro momento, destaca-se a importância histórica da revisão de literatura, seja pelo fato de ela contribuir para o desenvolvimento científico, como também pelo fato de ofertar uma síntese geral do estado de desenvolvimento de um assunto em determinado período. Em um

segundo momento, outra função importante da revisão de literatura é o fato de as informações estarem atualizadas, através de outras fontes da literatura, auxiliando no conhecimento e na formulação de novas pesquisas (Gomes; Caminha, 2014).

A abordagem desta pesquisa é qualitativa. A base metodológica de uma pesquisa bibliográfica qualitativa repousa na compreensão e interpretação do conteúdo de fontes bibliográficas, visando a uma análise crítica e reflexiva. Nesse contexto, o método é a abordagem geral que guia o processo de pesquisa. No presente estudo, o método qualitativo é adotado, uma vez que se busca explorar e compreender profundamente as complexidades do tema em questão. Esse método permite uma análise interpretativa, com ênfase na subjetividade, contexto e significado, em contraposição à quantificação objetiva característica de métodos quantitativos.

Em uma pesquisa bibliográfica qualitativa, as técnicas e instrumentos de coleta de dados diferem das tradicionalmente associadas à pesquisa de campo. Neste contexto, as principais técnicas a serem empregadas incluem a leitura crítica e a análise documental. A leitura crítica envolve a interpretação profunda e reflexiva das fontes bibliográficas selecionadas, permitindo a identificação de temas recorrentes, contradições, lacunas e tendências.

5.1 Procedimento de produção de dados

Num primeiro momento da pesquisa foram selecionadas publicações contempladas na base de dados do Google Acadêmico. O período de publicação dos artigos selecionados foi de 2019 a 2023. Por meio dessa plataforma, definiu-se a utilização dos descritores: Agentes Educacionais and Educação Infantil. Os filtros aplicados foram: idioma português, artigos dentro do período de publicação definido, textos completos. Nenhum artigo foi encontrado nesse período que atendesse essas palavras-chave.

Assim, ampliei o período de busca 2014-2018 na plataforma Google Acadêmico utilizando as mesmas palavras-chave e foram encontrados dois artigos e uma dissertação para fundamentar a pesquisa.

Devido ao número reduzido de publicações sobre a temática disponíveis nessa plataforma, utilizei a plataforma BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

Dissertações), como ferramenta e considerando o período entre 2019 e 2023, porém não obtive sucesso por não ter publicações com as palavras Agente Educacional and. Educação Infantil, então incluí na busca as seguintes palavras-chave : "auxiliar and. educação infantil", "agentes escolar and. educação infantil" e "cuidador and educação infantil".

Finalmente, na plataforma BDTD, foi possível encontrar cinco pesquisas sobre o tema, sendo todas dissertações.

Os resultados da pesquisa foram os seguintes.

Para a palavra-chave "auxiliar and educação infantil", foram encontradas quatro dissertações. Para a palavra-chave "agente escolar and educação infantil", foram encontradas duas dissertações. Todas as pesquisas que foram identificadas pertencem à área da educação e abordam o trabalho das Agentes Educacionais mais com nomenclaturas diferentes, variando de região a região no âmbito na educação infantil.

No entanto, a pesquisa com a palavra-chave "cuidador and educação infantil" não resultou em artigos relevantes. As pesquisas encontradas estavam geralmente relacionadas a cuidadores na área da saúde ou referiam-se genericamente a professores, não atendendo ao escopo específico da pesquisa.

A pesquisa em educação é fundamental para o avanço e aprimoramento do sistema educacional, pois permite a identificação de melhores práticas, a criação de novas abordagens pedagógicas e a resolução de desafios específicos. Além disso, a pesquisa contribuirá para o desenvolvimento profissional dos educadores e promoverá a inovação e melhorias na sala de aula, e no ambiente escolar trazendo qualidade ao desenvolvimento das crianças.

A tabela abaixo sistematiza o processo de levantamento das produções escolhidas tanto no Google Acadêmico como na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Tabela 1: Pesquisas e resultados obtidos

Base de Dados	Ordem da pesquisa	Palavras-chave	Filtros aplicados	Resultados	Nº de produções
Google Acadêmico	1	Agente Educacional AND	Idioma: português Tipo: Artigo	0	0

		Educação Infantil	Período: 2019-2023		
Google Acadêmico	2	Educadora AND Educação Infantil	Idioma: português Disponibilida de: Revisado por pares Período: 2014-2018	1	1
Google Acadêmico	3	Auxiliar AND Educação Infantil	Idioma: português Disponibilida de: Revisado por pares Período: 2014-2018	1	1
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	1	Auxiliar AND Educação Infantil	Idioma: português Disponibilida de: Revisado por pares Período: 2019-2023	4	4
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	2	Agente escolar AND Educação Infantil	Idioma: português Disponibilida de: Revisado por pares Período: 2019-2023	2	2
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	3	Cuidador AND Educação Infantil	Idioma: português Disponibilida de: Revisado por pares Período: 2019-2023	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2 Procedimento de análise de dados

Das oito produções selecionadas para compor a pesquisa, selecionei apenas os que se encaixavam dentro dos eixos sobre as Agentes Educacionais, mesmo a

nomenclatura sendo diferente, coloquei como objetivo as funções e o seu papel no âmbito escolar.

Ao realizar buscas detalhadas em plataformas de pesquisa, utilizando palavras-chaves variadas e recursos de pesquisa avançada, constatei que o número de resultados encontrados continua escasso. Nas buscas sobre Agentes Educacionais, observei que o termo é frequentemente associado a auxiliares, educadoras, agente escolar, cuidadoras ou monitoras, e que a nomenclatura varia de região para região, apesar de a função essencial permanecer a mesma.

Essa variação terminológica e a carência de pesquisas reforçam a necessidade de se discutir mais profundamente a importância das Agentes Educacionais na escola. Mesmo sem a formação acadêmica formal exigida aos professores titulares, essas profissionais assumem uma responsabilidade significativa no cotidiano escolar. As pesquisas que selecionei, embora poucas, destacam justamente esse papel fundamental desempenhado por essas profissionais que, apesar da falta de reconhecimento formal, são indispensáveis para o bom funcionamento das atividades educacionais.

Quadro 1: Levantamento das pesquisas encontrados

Título	Autores	Repositório ou Revista	Instituição	Pública ou privada	Ano	Pesquisa
O auxiliar como agente de inclusão: uma proposta de ações formativas na Educação Infantil	SANTOS, Vanessa Bandeira dos	Repositório Institucional UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Pública	2023	Dissertação
Desenvolvimento de bebês na creche: percepções de professoras e auxiliares	ADURENS, Fernanda Delai Lucas	Repositório Institucional UNESP	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Pública	2020	Dissertação
Educação infantil:	SANTAGO,	ATTENÇÃO	Universidade Federal	Pública	2020	Dissertação

representações sociais e práticas de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) da rede municipal do Recife.	Elizangela Dias.	Repositório Digital da UFPE	de Pernambuco			
Auxiliar de atividades Educativas na Educação Infantil: Construção Histórica e Tensões de uma ocupação no âmbito da rede Municipal de Educação de Goiânia	EDIR, Eliane Garcia de Brito	DSPAC E	Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação	Pública	2014	Dissertação
A política de precarização do trabalho do agente escolar na educação infantil do município de Cascavel (PR)	AMADO, Bruno Ribeiro.	UNIOS TE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Pública	2022	Dissertação
Da invisibilidade à escuta ativa: diálogo com os agentes escolares de uma Escola Municipal de Educação Infantil da cidade de São Paulo	FERRARA, Teresa Andréa	Repositório PUCS	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC	Pública	2023	Dissertação
O Trabalho da educadora na creche: uma revisão sistemática	VASCO NCELO S, D. C. de; SANTA	Psicologia da Educação,	Universidade Federal da Paraíba	Pública	2015	Artigo

	NA, I. O. de; BORGE S, L. C					
Concepções de Educadoras de Berçário sobre Desenvolvimento Infantil e Interação Educadora-Bebê	KLEIN, B. S. MARTINS, G. D. F	Sociedade Brasileira de Psicologia	Faculdades Integradas de Taquara Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Pública	2011 7	Artigo

Fonte: Elaborado pelo autor

Através das pesquisas apresentadas foi possível observar de forma abrangente a atuação das auxiliares, educadoras e agentes escolares na educação infantil, deixando destaque nas complexidades e desafios enfrentados por essas profissionais.

Nos trabalhos encontrados identificamos diferentes denominações para aqueles que assumem a função das Agente Educacional nas diferentes regiões. Por isso, ao longo do texto podem aparecer diferentes termos.

Os trabalhos utilizam as seguintes nomenclaturas:

Quadro 2: Tipos de nomenclaturas e as regiões do Brasil

Autor	Nomenclatura	Região
Vanessa Bandeira dos Santos	Auxiliar de Sala	Natal - RN
Fernanda Delai Lucas Aduens	Auxiliar de Desenvolvimento Escolar (ADE)	São Paulo - SP
Elizangela Dias Santiago	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI)	Recife - PE
Bruno Ribeiro Amado	Agente de Apoio	Cascavel - PR
Teresa Andréa Ferrara	Agente Escolar	São Paulo - SP

Vasconcelo S, D. C.; Santana, I. O.; Borge, S. L. C.	Educadora de Creche	Paraíba - PB
Klein, B. S.; Martins, G. D. F.	Educadora de Berçário	Porto Alegre - RS
Eliane Garcia de Brito Edir	Auxiliar de Atividades Educativas (AAE)	Goiânia - GO

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O cargo de Agente Educacional na educação infantil recebe diferentes nomenclaturas em diferentes regiões do Brasil, refletindo as particularidades regionais e as políticas educacionais locais. Cada termo adotado por diferentes autores destaca funções e responsabilidades específicas atribuídas a esses profissionais no cuidado e desenvolvimento de bebês e crianças.

Na pesquisa de Santos (2023), realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o termo utilizado é Auxiliar de Sala. Esses profissionais auxiliam o professor titular, desempenhando funções de apoio no cuidado com bebês e crianças pequenas, incluindo aquelas com Necessidade Educacionais Específicas (NEE). A pesquisa enfatiza a importância desse auxiliar como suporte para a adaptação das crianças no ambiente escolar, garantindo sua inserção adequada nas atividades diárias.

Em São Paulo, Adurens (2020), em seu estudo na Universidade Estadual Paulista (UNESP), utiliza o termo Auxiliar de Desenvolvimento Escolar (ADE). O ADE atua diretamente no desenvolvimento de bebês em creches, colaborando com as professoras no planejamento e execução de atividades voltadas ao desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para o bem-estar físico, emocional e cognitivo dos pequenos.

Santiago (2020), em sua pesquisa realizada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), adota a nomenclatura Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI). Esses profissionais são responsáveis por apoiar os professores em atividades pedagógicas e no cuidado direto das crianças, realizando tarefas como alimentação, higiene e descanso, e entre outros, especialmente nas instituições públicas de Recife.

No Paraná, Amado (2022), em sua pesquisa na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Cascavel, utiliza o termo de Agentes de Apoio.

Esses agentes, assim como nas outras pesquisas, ficam disponíveis ao auxílio das professoras das crianças, ajudando nas organizações do ambiente escolar.

Ferrara (2023), em sua pesquisa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), utiliza a nomenclatura de Agente Escolar. Esses profissionais entendem seu papel nas escolas municipais, atuando com crianças de quatro e cinco anos. Os Agentes Escolares colaboram com o professor em tarefas pedagógicas e no cuidado das crianças, sendo uma presença importante no cotidiano escolar.

Uma revisão sistemática conduzida por Vasconcelo et al. (2015), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), emprega o termo Educador de Creche. Nos mostra que essas profissionais são responsáveis pelo cuidado e têm um papel crucial no desenvolvimento infantil.

Klein e Martins (2017), em sua pesquisa realizada na Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), utilizam a nomenclatura Educadora de Berçário. As educadoras de berçário têm a responsabilidade de participar do desenvolvimento de bebês, promovendo ativo que estimulem esse desenvolvimento, além de garantir um ambiente seguro e acolhedor para essas crianças em seus primeiros anos de vida.

Por fim, Edir (2014), em sua pesquisa pela Universidade Federal de Goiás (UFG), aborda o histórico e a evolução do cargo de Auxiliar de Atividades Educativas (AAE) na rede municipal de educação de Goiânia. A autora traz que esses profissionais atuam no apoio ao professor e desempenhando um papel importante no desenvolvimento infantil e na manutenção da rotina escolar.

Ao selecionar produções científicas que trouxessem a temática das Agentes Educacionais e as vivências das profissionais dentro do âmbito escolar teve a intencionalidade de conhecer quais as atribuições das mesmas no contexto escolar. Mesmo sendo de várias regiões e com nomenclaturas distintas, é possível observar que a função e o trabalho atribuídos são os mesmos para todas.

Para este estudo considerei importante a função e as responsabilidades das Agentes Educacionais tentando aprofundar ainda mais sobre seu papel dentro do âmbito escolar.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, apresento um resumo de cada uma das produções científicas selecionadas e, posteriormente, abordo especificamente sobre questões relacionadas à função e às responsabilidades das Agentes Educacionais.

6.1 Resumo das produções selecionadas

Na pesquisa de Edir (2014), intitulada “Auxiliar de atividades Educativas na Educação Infantil: Construção Histórica e Tensões de uma ocupação no âmbito da rede Municipal de Educação de Goiânia” se problematiza o cargo de Auxiliar de Atividades Educativas (AAE) na Rede Municipal de Educação de Goiânia e teve como objetivo analisar a criação desse cargo e seu desenvolvimento no contexto da educação infantil. Utilizou uma abordagem sócio-histórica e qualitativa, envolvendo revisão bibliográfica, análise de documentos legais e entrevistas com profissionais da área. O estudo explorou a importância do AAE nas escolas municipais, focando nas funções desse cargo, sua evolução histórica e a divisão do trabalho na educação infantil, destacando o papel da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia na sua regulamentação. Sua pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas mais articuladas para valorizar e formalizar o papel desses profissionais no ambiente escolar. Através da pesquisa entendemos o quanto é importante um olhar atencioso para as demandas cotidianas inerentes ao papel do Agente Educacional e de que forma seria possível melhorar o trabalho desses profissionais.

Já na pesquisa de Santos (2023), em “O auxiliar como agente de inclusão: uma proposta de ações formativas na Educação Infantil”, trouxe uma análise sobre as práticas focadas na necessidade de formação específica para as auxiliares de sala que trabalham com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) que atuam como agentes e que são fundamentais na adaptação e inserção dessas crianças na Educação Infantil. A pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica integrativa.

A pesquisa de Adurens (2020) intitulada “Desenvolvimento de bebês na creche: percepções de professoras e auxiliares” centrou-se em analisar a percepção das professoras e Auxiliares no contexto escolar, com uma visão sobre o

desenvolvimento dos bebês em creches. A pesquisa utilizou um levantamento bibliográfico e de entrevistas com 13 profissionais, sendo 7 professoras e 6 auxiliares, de três Escolas Municipais de Educação Infantil em um município de São Paulo. A autora utilizou de técnica de análise de conteúdo, onde se explorou tanto o desenvolvimento típico quanto o atípico das crianças, e como as práticas pedagógicas feitas por professoras e auxiliares influenciam esse desenvolvimento. O estudo revelou as diferentes abordagens e percepções dos profissionais envolvidos no cuidado com a educação dos bebês, dando destaque a necessidade de maior integração e formação para melhorar o atendimento às crianças.

Na pesquisa de Santiago (2020) intitulada “Educação infantil: representações sociais e práticas de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) da rede municipal do Recife”, investigou as representações sociais construídas pelos auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) em Recife e como suas representações nas práticas cotidianas influenciam o desenvolvimento infantil. Sustentada na Teoria das Representações Sociais e uma abordagem qualitativa, a autora conduziu a pesquisa em duas etapas: na primeira, traçou o perfil socioprofissional de 108 ADIs por meio de questionários e testes de associação, na segunda, realizou entrevistas com um subgrupo de 30 participantes e observou as práticas de 4 ADIs. A pesquisa mostrou como as representações sociais na educação infantil influenciam de forma direta a esses profissionais e a forma em que eles atuam, evidenciando a necessidade de formação continuada e de políticas públicas que reconheçam a importância do trabalho dos ADIs.

Para Amado (2022) em seu estudo intitulado “A política de precarização do trabalho do agente escolar na educação infantil do município de Cascavel” trouxe questões sobre a precarização do trabalho dos agentes escolares na Educação Infantil e, ainda, como a criação do cargo de Agente de Apoio, segundo as políticas públicas vigentes, contribuiu para a desvalorização do trabalho dos professores na rede municipal de Cascavel. A pesquisa utilizou de levantamento bibliográfico, estudo de caso, e pesquisa de campo, com o foco na análise das leis que regulamentam o trabalho dos agentes de apoio e suas implicações para a precarização do trabalho docente. O autor destaca que com as políticas públicas implementadas, ao invés de trazer condições melhores de trabalho, só contribuem para um ambiente de trabalho mais precário e menos valorizado para os agentes escolares, refletindo diretamente na qualidade da educação infantil oferecida.

O estudo de Ferrara (2023) intitulado “Da invisibilidade a escuta ativa: diálogo com agentes escolares de uma Escola Municipal de Educação Infantil da cidade de São Paulo”, explorou como as Agentes Escolares percebem e entendem seu trabalho com crianças de quatro e cinco anos em uma escola municipal. A autora utiliza de uma abordagem qualitativa e entrevistas, investigando as percepções das agentes sobre seu papel e como suas experiências de vida influenciam suas práticas diárias. O estudo também buscou identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelas agentes no cotidiano escolar. Revelou que apesar de muitas vezes serem invisíveis na estrutura escolar, as Agentes Escolares desempenham um papel vital na educação infantil, trazendo suas experiências e percepções impactando significativamente o desenvolvimento das crianças com quem trabalham.

A pesquisa conduzida por Klein e Martins (2017) intitulada “Concepções de Educacionais de Berçário sobre Desenvolvimento Infantil e Interação Educadora-Bebê” produzida no contexto da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, teve como objetivo caracterizar as concepções de educadoras de berçário sobre o desenvolvimento infantil e a interação educadora-bebê (momento em que a educadora interage diretamente com o bebê). A partir de uma abordagem qualitativa, a pesquisa empregou entrevistas, que foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo. O estudo envolveu seis educadoras que atuavam em escolas da rede pública de Porto Alegre, atendendo bebês com idades entre quatro e dezesseis meses. A pesquisa tratou as percepções das educadoras sobre as necessidades dos bebês, as práticas de estimulação e o papel fundamental da educadora no processo de desenvolvimento infantil. As principais áreas abordadas incluíram a interação social, as práticas pedagógicas e a importância do ambiente na formação e crescimento das crianças.

Finalmente, o estudo de Vasconcelos, Santana e Borges (2015) intitulado “O Trabalho da educadora na creche: uma revisão sistemática” realizou uma revisão sistemática da literatura sobre a organização do trabalho das educadoras de creche e a realização com a saúde mental dessas profissionais. A pesquisa analisou artigos publicados nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) Periódicos de Psicologia (PEPsic) e Periódicos Capes, nas áreas de psicologia da criança. O estudo destacou como a estrutura do trabalho na creche pode impactar negativamente a saúde mental das educadoras,

ressaltando a necessidade de uma melhor organização e suporte para essas profissionais, para garantir um ambiente de trabalho saudável e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de educação infantil.

As oito produções científicas escolhidas permitiram compreender de forma abrangente o que pesquisadores produziram sobre a temática, de que forma esses profissionais estão inseridos dentro do contexto escolar. Foi possível ver a precarização e, sobretudo, a necessidade de mudanças e aperfeiçoamentos sobre o trabalho exercido. Também foi possível entender o quanto as Agentes Educacionais são fundamentais dentro da sala de aula, e o quanto as relações com as crianças e os profissionais no âmbito escolar, fazem parte para exercer um bom trabalho contribuindo para uma educação de qualidade.

6.2 O que dizem as produções selecionadas sobre a função e responsabilidades das Agentes Educacionais?

A função dos Agentes Educacionais no ambiente escolar tem enfrentado diversos desafios, sendo um deles a desvalorização e a falta de reconhecimento profissional. É importante destacar que, apesar de ser uma função extremamente importante e de grande auxílio para os professores, a gestão escolar e principalmente, para as crianças, ainda é evidente que muitas mudanças são necessárias. Isso é fundamental na educação infantil, onde tudo se constrói e pode ser aprimorado com o tempo. Mesmo com suas atribuições e registros legais, o papel do agente educacional ainda precisa ser amplamente discutido.

Na discussão sobre o papel do Agente de Apoio, Amado (2022) destaca que, devido ao número elevado de alunos, seria necessário haver mais de um professor na educação infantil. Contudo, o que geralmente se observa é a presença de um único professor responsável pelo planejamento e execução das aulas, enquanto o Agente de Apoio colabora na implementação das atividades e no cuidado com a higiene das crianças, acompanhando-as também nos momentos de sono, entre outras responsabilidades. Assim, compreendemos que o papel do Agente de Apoio é, com frequência, vinculado predominantemente ao cuidado com os alunos.

Quando pensamos em valorização e o reconhecimento do trabalho desses profissionais Ferrara (2023), discute que historicamente a escuta ativa e o lugar de

fala dos Agentes foram invisibilizados no ambiente escolar, sendo vistos apenas como secundários na realização das práticas dentro da sala de aula. Ferrara (2023) propõe uma mudança que inclua a valorização desses profissionais, destacando que seu papel vai muito mais além de um apoio técnico mais que inclui contribuições significativas para o desenvolvimento infantil. Essa questão também é abordada por Vasconcelos *et al.* (2015) que ao observarem as condições de trabalho e a saúde mental das educadoras de creche, apontam que com precarização do trabalho afeta diretamente o bem-estar dessas profissionais. Com isso, podemos entender que é uma função que não exige apenas o esforço físico mais que envolve questões como o emocional também. Vasconcelos *et al.* (2015) destaca a desvalorização e a sobrecarga emocional associadas ao trabalho com crianças pequenas, sem o devido reconhecimento, que podem levar ao adoecimento psíquico. Segundo a autoras,

Muitos aspectos da organização e das condições de trabalho podem causar danos físicos e psíquicos ao educador, como, por exemplo, as múltiplas tarefas desenvolvidas em um curto período de tempo, o número elevado de crianças sob sua responsabilidade e a dificuldade de comunicação e compreensão com as famílias. Outros fatores considerados como relevantes incluem a ausência de formação especializada para o desenvolvimento de suas atividades, o baixo salário e a desvalorização de suas funções (Vasconcelos *et al.*, 2015, p. 8).

Mesmo entendo que na visão dos autores existe uma precarização do trabalho, ao ler a pesquisa de Amado (2022), percebo que a intenção de criar o cargo de Agente de apoio em Cascavel (PR), sem a exigência de formação, contribui ainda mais para a desvalorização da função e para a diminuição da qualidade de atendimento às crianças. Para o autor, a reestruturação econômica visando a redução de custos reflete uma visão que precariza a educação infantil ao contratar profissionais com menos qualificação. Segundo Amado (2022),

Nessa perspectiva, nas instituições de Educação Infantil, em que atuam profissionais sem formação específica para o trabalho com educação, há uma precarização da função social da escola de socializar os saberes científicos para o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e do próprio trabalho docente (Amado, 2022, p. 137).

A partir da visão do autor, sou levada a refletir sobre como essa situação poderia ser transformada. Dois profissionais com a mesma formação agregariam

muito mais qualidade ao ambiente escolar, melhorando não apenas a aprendizagem das crianças, mas também as relações entre os profissionais que compartilham as tarefas no dia a dia. O autor também observa que, nesse cenário, a divisão entre "cuidar e educar" é reforçada pela presença de dois profissionais na sala de aula: um com formação específica para a docência, responsável pelas atividades pedagógicas, e outro, com formação de nível médio, encarregado das tarefas de higiene das crianças, como se essas funções fossem independentes (Amado, 2022, p. 137).

Santiago (2020), em seu estudo sobre os Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) em Recife, identifica a precariedade do trabalho desses profissionais. Além do pouco reconhecimento, eles recebem remunerações baixas, o que dificulta o desempenho de um papel de qualidade no desenvolvimento infantil. A limitação de suas funções ao cuidado básico, sem formação pedagógica, compromete a educação integral das crianças. A autora também associa essa função a uma ocupação majoritariamente feminina e afirma que

Historicamente a educação infantil foi desvalorizada e majoritariamente assumida por profissionais do gênero feminino. A desvalorização não está exatamente em ser um trabalho feminino, mas na relação estabelecida entre a maternagem e o atendimento às crianças. A desvalorização, também, se traduz no modo improvisado e precário como característica histórica do atendimento à criança. Essas marcas estão associadas a ausência de formação profissional própria e estímulo ao voluntariado para atender o público infantil (Santiago 2020, p. 55).

Com isso, entendemos, de forma contextualizada, que a desvalorização da função há muito tempo é associada a cuidados simples que não exigem formação ou especialização acadêmica para sua execução.

Nesse sentido, Adurens (2020) discute a importância da formação para os auxiliares, argumentando que a valorização ocorre por meio do conhecimento. A autora analisa a percepção desses profissionais sobre o desenvolvimento infantil. Adurens (2020) destaca em sua pesquisa que tanto as professoras quanto as Auxiliares de Desenvolvimento Escolar (ADEs) precisam ter um olhar atento para o desenvolvimento dos alunos, a fim de garantir uma educação de qualidade implicando num grande avanço para as crianças. Segundo Adurens (2020)

É fundamental que os educadores conheçam o desenvolvimento infantil e os seus marcos. Com isso, eles podem identificar precocemente possíveis atrasos, que podem ocorrer devido à falta de estímulo ou em decorrência de distúrbios, transtornos ou deficiências, podendo contemplar em seu planejamento as diversas habilidades a serem desenvolvidas pelos bebês e promover práticas, junto ao ADE, que estimulem o desenvolvimento com ou sem atraso (Adurens 2020, p. 79).

Por isso, entendo que não é apenas o professor que precisa ter uma compreensão mais profunda sobre a educação, mas também o auxiliar. Através de uma formação adequada, a visão do auxiliar sobre os aspectos do desenvolvimento infantil torna-se fundamental, contribuindo para o conhecimento e o aprimoramento do seu trabalho no ambiente escolar.

A questão da formação também é central no estudo de Klein et al. (2017) que investigam as concepções de educadoras de berçário sobre o desenvolvimento infantil e a interação com os bebês. As autoras destacam também que através de uma formação essas profissionais teriam um impacto positivo em suas práticas e na forma como percebem o desenvolvimento das crianças, não utilizando apenas de práticas de intuição. As autoras afirmam que,

[...] se tais crenças derivam de compreensões intuitivas (e não teóricas) das educadoras sobre o que é bom para as crianças, é menos provável que a atuação seja de alta qualidade. Aliás, esse foi outro resultado verificado por esses autores, de que, em geral, apesar de enfatizar a função afetiva de sua atuação, as educadoras tenderam a mencionar com menor clareza e frequência os princípios fundamentais que orientam sua prática (Klein *et al.*, 2017, p. 120).

As autoras relatam que, apesar de essas profissionais não terem formação específica para trabalhar na área da educação, elas conseguem atender aos requisitos da função por meio de conhecimentos prévios e intuição. Klein et al. (2017) mencionam que a ideia de que apenas quem gosta de bebês deve trabalhar em berçários faz a profissão parecer mais intuitiva do que técnica. No entanto, durante a pesquisa, as autoras destacam a importância de unir esses dois aspectos na formação dos educadores, pois isso ajuda a criar uma identidade profissional que transcende o papel de "mãe substituta". As autoras afirmam que

[...] não se pode deixar de destacar que a ideia de que somente pessoas que gostam de bebês deveriam trabalhar no berçário torna essa profissão mais intuitiva e vivencial do que técnica e baseada em conhecimentos. Acredita-se, porém, que esses dois aspectos devem caminhar juntos na formação dos educadores de bebês, especialmente porque sua combinação permite delinear uma identidade profissional específica, que supera a ideia de "mãe substituta" (Klein *et al.*, 2017, p.128)

Segundo Klein et al. (2017), o termo "mãe substituta" refere-se à ideia de que profissionais que cuidam de bebês, como educadores em berçários, seriam apenas uma extensão do papel da mãe. Isso implica que essas pessoas estariam ali apenas para suprir as necessidades afetivas e de cuidado imediato dos bebês, sem a exigência de habilidades ou conhecimentos específicos. No entanto, essa visão limita a compreensão da profissão, que vai muito além de simplesmente substituir a figura materna.

Refletir sobre a função dessas profissionais me leva a compreender que, dentro da escola, tanto o trabalho da professora quanto o da agente exige conhecimentos específicos para o trabalho com os bebês e as crianças. Embora suas formações específicas as diferenciem, na prática, é essencial que ambas tenham uma visão clara de como proporcionar a melhor qualidade possível ao aprendizado das crianças, além de colaborarem na organização do ambiente. Segundo Brito Edir (2014), ao observar a região de Goiânia, constata-se a presença de Agentes Educativos (AE) sem o ensino médio completo, atuando apenas com o ensino fundamental, o que levanta uma reflexão crítica sobre as exigências mínimas para o exercício da função. A autora destaca esses aspectos:

Observa-se que nesse percurso histórico, embora essa Resolução não exija a formação para a docência para os AE, ao estabelecer o critério mínimo de ensino médio para a modulação colabora para a elevação do nível de formação dos AE, uma vez que há o registro de profissionais com ensino fundamental incompleto no exercício dessa função (Brito Edir, 2014, p. 74).

Compreender que há, de fato, uma escassez de discussões sobre o tema e a ausência de um olhar atento para essa profissão é uma realidade, tanto no que se refere às políticas públicas quanto à carência de formação adequada para essas profissionais. Acredito, assim como apontam os autores mencionados, que é urgente entender melhor o que essas profissionais realmente precisam para exercer sua

função com qualidade. Para isso, dentre as várias ações e políticas a serem promovidas, deveria haver um maior número de pesquisas sobre o assunto. Embora haja variações regionais, o papel desempenhado por esses profissionais permanece o mesmo em sua concepção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho permitem uma análise sobre o papel dos Agentes Educacionais na educação infantil, revelando as complexidades inerentes à sua valorização e formação. O cenário histórico da educação infantil no Brasil, com suas raízes na divisão entre assistência e educação, continua a influenciar a visão de muitos sobre o papel das Agentes Educacionais. A separação entre cuidar e educar ainda está presente em muitas instituições, onde o cuidado infantil é frequentemente visto como uma extensão do assistencialismo. No entanto, como afirmado por Kuhlmann Jr. (2000) e Pinto (2023), o cuidado e a educação devem ser compreendidos como processos indissociáveis, fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças.

A realidade do município de Rio Claro/SP reflete uma tentativa de superar essa dicotomia. A unificação das funções das Agentes Educacionais em 2015, após o edital de 2013, foi um marco importante na busca por um alinhamento mais claro com o trabalho pedagógico. No entanto, mesmo com esse avanço, a desvalorização da função permanece como um obstáculo, evidenciado pela precarização das condições de trabalho e pela ausência de uma formação específica adequada, aspectos que reforçam a herança meramente assistencialista da educação infantil no país. Este cenário prejudica não apenas os profissionais, mas também a qualidade do atendimento oferecido aos bebês e às crianças.

Percebemos também a desvalorização das funções das agentes educacionais no município de Rio Claro, quando desde 2021 foram contratadas empresas de prestação de serviços, sendo que atualmente, grande parte das agentes educacionais que trabalham nas escolas são funcionárias terceirizadas que estão em condições precárias de trabalho, seja pela falta de informações e conhecimentos sobre a faixa etária, por receber baixo salário, pelos atrasos no pagamento, por se criar diferentes categorias de trabalho, exercendo a mesma função na escola, ou seja, com direitos e deveres distintos.

A pesquisa de Amado (2022) trouxe à luz uma crítica relevante: a contratação de profissionais sem qualificação adequada, como forma de reduzir custos, compromete a qualidade da educação infantil e perpetua a percepção de que o cuidado das crianças pequenas não exige grandes habilidades. Na prática, porém, o cotidiano com crianças pequenas revela demandas extremamente complexas, que

necessitam de um profissional altamente capacitado, com conhecimentos específicos. A falta de formação compromete o desenvolvimento infantil e reforça a ideia equivocada de que a profissão não exige especialização.

Além disso, autores como Ferrara (2023), Santiago (2020) e Vasconcelos et al. (2015) apontam para as graves consequências emocionais e físicas decorrentes dessa precarização, incluindo o impacto na saúde mental dos Agentes Educacionais. Esses profissionais, frequentemente sobrecarregados, acumulam funções e enfrentam a constante desvalorização, o que gera um ambiente de trabalho desgastante e pouco reconhecido.

A formação contínua e específica, portanto, emerge como um fator central na transformação desse cenário. Conforme defendido por Adurens (2020) e Klein et al. (2017), um conhecimento sólido sobre o desenvolvimento infantil pode capacitar os Agentes Educacionais a contribuírem de forma significativa no processo pedagógico, afastando-se da visão tradicional de "mães substitutas", cuja atuação estaria baseada apenas na intuição e no carinho. O reconhecimento do papel técnico e educativo das Agentes Educacionais é crucial para a valorização da sua função, destacando sua contribuição para o desenvolvimento integral das crianças.

O estudo também revela a escassez de pesquisas dedicadas a essa temática, o que limita a visibilidade e a compreensão do trabalho dos Agentes Educacionais. A falta de reconhecimento formal, aliada à ausência de políticas públicas robustas e integradas, reforça essa invisibilidade. O fortalecimento do papel dos Agentes Educacionais não depende apenas de melhorias salariais ou de melhores condições de trabalho, mas também de políticas que integrem o cuidar e o educar, e promovam a formação contínua desses profissionais.

Portanto, conclui-se que, para alcançar uma educação infantil de qualidade, é imprescindível que os Agentes Educacionais sejam devidamente valorizados, recebam formação específica e contínua, e sejam efetivamente integrados ao processo pedagógico. Essa valorização não só eleva o ambiente escolar como um todo, mas contribui diretamente para o desenvolvimento pleno dos bebês e das crianças, fortalecendo a colaboração entre professores e Agentes Educacionais e promovendo um ambiente de trabalho em parceria.

8 REFERÊNCIAS

ADURENS, F. D. L. **Desenvolvimento de bebês na creche: percepções de professoras e auxiliares**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/475286da-02aa-4af4-b43b-6f89ed939b2a> Acesso em: 20 jul. 2024

AMADO, B. R. **A política de precarização do trabalho do agente escolar na educação infantil do município de Cascavel (PR)**. 2022. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6415> Acesso em 19 jul. 2024.

ANDRADE, L. B. P. de. **Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: UNESP, 2010.

ANDRADE, V. R. C. de G. et al. **O planejamento na Educação Infantil: necessário ou desnecessário?** Foz do Iguaçu: UNIAMERICA, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Município de Rio Claro. **Decreto nº 11.630, de 21 de outubro de 2019**. Alteração a atribuição do cargo de Agente Educacional prevista no Decreto Municipal 10.304, de 01 de abril de 2015. Rio Claro, SP. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/RioClaro-SP/DecretosMunicipais/11630-2019/Arquivos/1> Acesso em: 28 mar. 2024.

BRITO EDIR, E. G. de. **Auxiliar de atividades educativas na educação infantil: constituição histórica e tensões de uma ocupação no âmbito da rede municipal de educação de Goiânia**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/afcb2492-26b2-4dda-b3ac-0f1d0c18f69a/full> Acesso em: 12 jul. 2024

DÖRR, B. C. **"Quebra galho?" O trabalho do monitor na educação infantil**. 2018. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/2368>. Acesso em: 28 mar. 2024.

FERRARA, T. A. **Da invisibilidade à escuta ativa: diálogo com os agentes escolares de uma Escola Municipal de Educação Infantil da cidade de São Paulo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39549> Acesso em: 20 jul 2024.

GALVAO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v.23, n.1, p.183-184, mar. 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 mar. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. de O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as ciências do movimento humano. **Movimento**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 395-411, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/41542>. Acesso em: 29 mar. 2024.

GUERRA, A. de L. e R.; MOURA, D. B. de. (2021). A chave para o conhecimento: desvendando os benefícios da pesquisa bibliográfica em pesquisas educacionais. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, 7(3), 597–604. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i3.10440> Acesso em: 28 mar. 2024.

GUIMARÃES, D. A creche no Brasil: entre o higienismo e o cuidado. In: GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011, p. 47 a 69.

JESUS, L. K. F. de. **“É como se fosse um segundo professor”: uma análise da construção do “não lugar” profissional e da origem dos saberes mobilizados pelos auxiliares de classe**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34968> Acesso em: 19 jul. 2024

KLEIN, B. S; MARTINS, G. D. F. Concepções de educadoras de berçário sobre desenvolvimento infantil e interação educadora-bebê. Sociedade Brasileira de Psicologia. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 117-130, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5137/513754916007/html/> Acesso em: 12 jul. 2024

KUHLMANN JR., M. Educação Infantil e Currículo. In FARIA, Ana L. G; PALHARES, Marina S. (org.) **Educação Infantil pós LDB: rumos e desafios**. Campinas, SP: Autores Associados – FE/UNICAMP; São Carlos, SP: Editora da UFSCAR; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2000, p. 51-65.

NASCIMENTO, E. C. M. **Processo histórico da Educação Infantil no Brasil: Educação ou assistência?** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12, 26 a 29 out. 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2015.

PINTO, K. S. **Coordenação pedagógica na Educação Infantil: acompanhamento do fazer docente com bebês**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2023.

RIO CLARO, Prefeitura Municipal de. **Edital de Abertura do Concurso Público nº 01/2013**. Rio Claro, 29 de abril de 2013. Disponível em: <https://www2.rioclaro.sp.gov.br/publicacoes/publicacoes-concursos.php> Acesso em: 28 mar. 2024.

SANTIAGO, E. D. **Educação infantil: representações sociais e práticas de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) da rede municipal do Recife**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38264> Acesso em 19 jul. 2024

SANTOS, V. B. dos. **O auxiliar como agente de inclusão**: uma proposta de ações formativas na Educação Infantil. Orientadora: Dra. Maristela de Oliveira Mosca. 2023. 89f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023 Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58181> Acesso em: 19 jul. 2024

VASCONCELOS, D. C. de; SANTANA, I. O. de; BORGES, L. C. O trabalho da educadora na creche: uma revisão sistemática. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 40, p. 77-85, jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752015000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 12 jul. 2024

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.